

**Requerimento N.º de 2011**

**(Do Deputado Jean Wyllys)**

Requer à Comissão de Direitos Humanos e de Minorias audiência pública a fim de apurar os recentes escândalos de abuso sexual por parte de integrantes das embaixadas do Irã e dos Estados Unidos.

Sr. Presidente:

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, conjuntamente com a Comissão das Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a participação dos envolvidos, para apurar os recentes escândalos de abuso sexual cometidos por integrantes das embaixadas do Irã e dos Estados Unidos, conforme justificação que ora apresento:

**JUSTIFICATIVA**

Nos últimos meses, o Brasil conheceu dois escândalos de abuso sexual cometidos por autoridades diplomáticas munidas de imunidade.

No dia 14 de abril, o diplomata Hekmatollah Ghorbani da embaixada do Irã foi encaminhado à delegacia de Polícia depois de ter sido acusado de molestar (acariciar as partes íntimas) crianças e adolescentes de 9 a 14 anos dentro da piscina de um Clube na zona nobre de Brasília. O diplomata foi solto após prestar depoimento, pois tem imunidade diplomática e não pode ser preso e nem julgado no Brasil.

A Embaixada do Irã reagiu às denúncias de abuso sexual em nota divulgada no dia 18 de abril. A representação diplomática informou que houve um “mal-entendido” na interpretação dos fatos devido às “diferenças culturais” entre iranianos e brasileiros. Também condenou a imprensa nacional por considerá-la tendenciosa e discriminatória no que se refere ao Irã.

Nesse mesmo dia, o Ministério das Relações Exteriores recebeu informações da Polícia Civil do Distrito Federal sobre as acusações e notificou oficialmente a Embaixada do Irã no Brasil no dia seguinte. O Ministro Antônio Patriota pediu esclarecimento e destacou que segundo a Convenção de Viena, todas as pessoas

que gozam de privilégios e imunidades devem respeitar as leis e os regulamentos do Estado onde estão.

O governo do Irã anunciou que pretende investigar as acusações de abuso sexual. Hekmatollah Ghorbani está no Teerã e foi convocado pelas autoridades para dar explicações.

Além deste caso, no final do ano passado, Romilda Aparecida Ferreira conheceu quatro funcionários da embaixada dos Estados Unidos em uma boate no Setor de Indústrias Gráficas onde trabalhava como dançarina. Ela e amigas combinaram um programa com os norte-americanos. Segundo Romilda, ela e suas amigas seguiram com três fuzileiros navais numa van da embaixada. A prostituta discutiu com o motorista e um dos homens a empurrou para fora do carro. Ela tentou se segurar na porta, mas foi arrastada.

A polícia indiciou o motorista e um funcionário da embaixada por lesão corporal e omissão de socorro. O inquérito está no Ministério Público e só vai virar ação penal se a promotoria encaminhar o caso para a Justiça. A vítima e seu advogado tentaram fechar acordo com a embaixada dos EUA de 150 mil reais.

A Embaixada dos Estados Unidos nega ter recebido a oferta de Romilda e que, pelo raio X disponível, não é possível confirmar a versão da brasileira. A embaixada informou ainda, por meio de nota, que tem conhecimento do caso, que colaborou com a investigação e informou que os dois americanos envolvidos na confusão não estão mais no Brasil e que os quatro funcionários presentes no incidente foram afastados de suas funções. Disse também que nenhuma acusação foi protocolada pelas autoridades brasileiras. O Itamaraty informou que não foi notificado sobre o caso.

A Comissão dos Direitos Humanos e de Minorias tem como uma de suas atribuições constitucionais e regimentais, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos. Os casos narrados anteriormente revelam flagrante violação aos Direitos Humanos. Não há razão para liberalidades advindas de imunidade diplomática no que tange a violações de direitos básicos e fundamentais. Como bem salientou o Ministro Antônio Patriota, as pessoas que gozam de privilégios e imunidades devem respeitar as leis e os regulamentos do Estado onde estão.

O principal objetivo da CDHM é contribuir para a afirmação dos direitos humanos. Parte do princípio de que toda a pessoa humana possui direitos básicos e inalienáveis que devem ser protegidos pelos Estados e por toda a comunidade internacional.

É nessa perspectiva que audiência pública, com a participação dos envolvidos, inclusive do Ministro Antônio Patriota, para apuração dos fatos se torna indispensável para tomar as providências cabíveis.

Assim, espero apoio dos nobres Deputados para aprovação desse Requerimento.

Sala das Comissões, em de maio de 2012.

**Jean Wyllys**

Deputado Federal PSOL/RJ